



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 292/2012

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

98ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 19/JUN/2012

PROCESSO Nº: 1/949/2006

AUTO DE INFRAÇÃO: 1/200601706

AUTUANTE: VACILIE MIHALIUC

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: RECICABOS COMERCIAL LIMITADA

RELATORA: MARIA LUCINEIDE SERPA GOMES

EMENTA: ICMS. FALTA DE EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL, EM OPERAÇÃO OU PRESTAÇÃO ACOBERTADA POR NOTA FISCAL MODELO 1 OU 1A E/OU SÉRIE "D" E CUPOM FISCAL. AUTUAÇÃO NULA, em razão da incompetência da autoridade que expediu o ato designatório para reinício da ação fiscal, e consequente impedimento do agente autuante. Amparo legal: Art. 1º, inciso II e § 2º da Instrução Normativa nº 06/2005 c/c Art. 53, caput, e §§ 1º e 2º do Dec. 25.468/99. Recurso oficial conhecido e não provido. Ratificada, por unanimidade de votos, a decisão de 1ª Instância, para, em grau de preliminar, declarar a nulidade do processo, nos termos do voto da relatora e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

RELATÓRIO

A peça inicial descreve que o contribuinte procedeu a saída de mercadorias diversas desacompanhada de documento fiscal, caracterizando omissão de saída no período de 01/12/2002 a 12/12/2003, no montante de R\$ 345.141,75 (trezentos e quarenta e cinco mil, cento e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos). Infração detectada através do Sistema de Levantamento de Estoque - SLE.

Dispositivos infringidos: Art. 127, art. 169, art. 174, art. 177, todos Dec. 24.569/97.

Penalidade: Art. 123, III, B, da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03.

Crédito Tributário: Principal: R\$ 41.417,01 (quarenta e um mil, quatrocentos e dezessete reais e um centavo); Multa: R\$ 103.542,52 (cento e três mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

Nas informações complementares o autuante ratificou a acusação lançada na exordial, além de especificar a omissão de saída de cada exercício, a saber: do ano de 2002: R\$ 138.788,95 (cento e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos), do ano de 2003: R\$ 206.352,80 (duzentos e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos).

Instruem o Processo: Ordem de Serviço 2005.25088; Termo de Início de Fiscalização 2005.20337; Ordem de Serviço 2006.00212; Termo de Início de Fiscalização 2006.00279; Termo de Conclusão de Fiscalização 2006.04727; Sistema de Levantamento de Estoques - SLE (Relatório de Entradas por Documento, Relatório de Saídas por Documento, Relatório de Posição do Inventário e Relatório Totalizador Anual do Levantamento de Mercadorias); Recibo de Devolução de Livros e Documentos Fiscais; Cópia do AR SJ00706652BR.

A empresa autuada apresentou impugnação no prazo legal.

Na instância de primeiro grau o auto de infração foi declarado NULO com base no Art. 1º da Instrução Normativa nº 06/2005 e no Art. 53 do Dec. 25.468/99. Por ser esta decisão contrária, no todo, aos interesses da Fazenda Pública Estadual, a nobre julgadora procedeu a remessa de ofício do Processo ao Conselho de Recursos Tributários, como preceituam os artigos 65 e 66 do Dec. 25.468/99.

A Consultoria Tributária opinou pelo conhecimento do recurso oficial, negando-lhe provimento, para que mantivesse a decisão de NULIDADE proferida na instância singular.

É o relatório.

VOTO DA RELATORA

A peça inicial descreve que a empresa autuada procedeu a saída de mercadorias diversas desacompanhadas de documentação fiscal, caracterizando uma omissão de saída de mercadorias no montante de R\$ 345.141,75 (trezentos e quarenta e cinco mil, cento e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Analisando-se as formalidades que regem o lançamento, especialmente, os atos ordinatórios relativos à presente atuação, verifica-se que constam dos autos duas ordens de serviços, a saber:

1) Ordem de Serviço N° 2005.25088

Designando o Auditor Vacilie Mihaliuc para executar Auditoria junto ao contribuinte RECICABOS COMERCIAL LIMITADA, no período de 01/01/2002 a 31/12/2002, expedida pelo Orientador da Célula em 27 de outubro de 2005.

2) Ordem de Serviço N° 2006.00212

Designando o Auditor Vacilie Mihaliuc para executar Auditoria junto ao contribuinte RECICABOS COMERCIAL LIMITADA, no período de 01/01/2002 a 31/12/2002, expedida pelo Orientador da Célula em 04 de janeiro de 2006.

O Art. 821, § 5º do Decreto 24.569/97, dispõe sobre a competência para designar a ação fiscal, *in verbis*:

Art. 821. Omissis

§ 5º Consideram-se autoridades competentes para designarem servidor fazendário para promover ação fiscal

I - O Secretário da Fazenda, um dos Coordenadores da Coordenadoria de Administração Tributária - CATRI, os Coordenadores da Coordenadoria Regional de Fortaleza - COREF e Coordenadoria Regional do Interior - COREI, e o Orientador da Célula de Execução e Administração Tributária - CEXAT e o Supervisor de Auditoria Fiscal.

A Instrução Normativa 06/2005, por sua vez, disciplinou os procedimentos relativamente à ação fiscal, dispondo, inclusive, sobre o caso de reinício da ação fiscal, a saber:

Art. 1º O agente do Fisco terá os prazos a seguir indicados para a realização da ação fiscal, contados da ciência ao sujeito passivo:

§ 2º Esgotado o prazo previsto no inciso II do art. 1º, sem que o sujeito passivo seja cientificado da conclusão dos trabalhos, a ação fiscal poderá ser reiniciada, mediante solicitação circunstanciada do agente fiscal, aprovada pelo Orientador da Célula de Execução, por designação de um dos coordenadores da Catrí, podendo, neste caso, a autoridade designante incluir outro agente ou substituir o originariamente designado.

Assim, de acordo com a norma anteriormente descrita a competência para determinar o reinício da ação fiscal é exclusiva dos Coordenadores da CATRI, cabendo ao Orientador da Célula de Execução somente analisar e aprovar os motivos apresentados pelo agente fiscal relativamente à impossibilidade de encerramento dos trabalhos de fiscalização no prazo originalmente determinado.

No processo em análise a ação fiscal foi reiniciada por ato do Orientador de Célula. Dessa forma, há que se declarar a nulidade da autuação, por restar caracterizada nos termos do Art. 32 da Lei nº 12.732/97, regulamentada pelo Decreto nº 25.468/99.

Isto posto, **VOTO** pelo conhecimento do recurso oficial, negar-lhe provimento, para em grau de preliminar declarar a NULIDADE da autuação nos termos deste voto e de acordo com o Parecer do Procurador do Estado.

É como voto.

DECISÃO:


Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que é recorrente a CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª. INSTÂNCIA e recorrido RECICABOS COMERCIAL LIMITADA

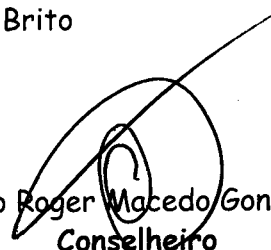
Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Oficial, negar-lhe provimento para confirmar a decisão declaratória de NULIDADE do feito fiscal por impedimento do autuante, uma vez que a Ordem de Serviço que ampara o Auto de Infração, por se tratar de continuidade de ação

fiscal, não poderia ser autorizada pelo Orientador da Célula, mas sim por um dos Coordenadores da CATRI, como reza o §2º, Art. 1º da Instrução Normativa 06/2005, combinado com o Art. 53, *caput*, e §§ 1º. e 2º. do Dec. 25.468/99, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 10 de julho de 2012.

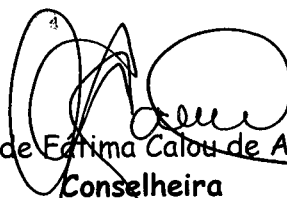

Alfredo Rógerio Gomes de Brito
Presidente



Abílio Francisco de Lima
pl Conselheiro



Cícero Roger Macedo Gonçalves
Conselheiro


Maria Lucineide Serpa Gomes
Conselheira Relatora


João Rafael de Farias Furtado
Nóbrega
Conselheiro


Lúcia de Fátima Calou de Araújo
Conselheira


Ágatha Louise Borges Macedo
Conselheira


Válder Barbalho Lima
Conselheiro


Samuel Aragão Silva
Conselheiro

Ubiratan Ferreira de Andrade
Procurador do Estado